



Expresso

02-06-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Economia

Dimensão: 234

Imagem: N/Cor

Página (s): 14

CONCESSÕES

# Negócios das SCUT chega a tribunal

**O Ministério Público entra em cena após o Tribunal de Contas ter detetado a ocultação de €705 milhões pagos a concessionárias**

A renegociação dos contratos entre o Estado e concessionárias, feita pelo anterior Governo socialista — para permitir a cobrança de portagens nas antigas SCUT — vai ser apurada no tribunal, depois das conclusões de uma auditoria divulgada nesta semana.

O Tribunal de Contas (TC) detetou contratos-paralelos no âmbito de parcerias público-privadas (PPP), que fugiram ao visto prévio. Tal “veio a traduzir-se num agravamento dos encargos no valor de 705 milhões de euros”.

A condução habilidosa ocorreu em seis subconcessões rodoviárias — Baixo Alentejo, Litoral Oeste, Algarve Litoral, Baixo Tejo, Douro Interior e Auto-Estrada Transmontana. Segundo os juízes, em decisão tomada por unanimidade, ao volante da operação estaria o anterior secretário de Estado das Obras Públicas Paulo Campos.

“A documentação facultada pelo InIR — Instituto das Infraestruturas Rodoviárias”, entre 2010 e 2011, “evidencia a existência de divergências e, por vezes, omissões, disparidades que, alegadamente, o InIR afirma dever-se a orientações a que estava sujeito pela tutela”, diz o relatório. Mais adiante, reforça o TC: “Verificou-se terem sido omitidos, por intervenção da tutela, factos relevantes”.

Nas conclusões do Tribunal, são descritos mecanismos e esquemas (como cálculos com base em taxas de inflação superiores às previstas, por exemplo) que fariam existir “benefícios-sombra” para concessionárias e entidades bancárias, em detrimento dos interesses do Estado e dos contribuintes.

Paulo Campos, hoje deputado, rejeita ter negociado qualquer acordo paralelo. Nega ainda ter ordenado a eliminação de páginas em qualquer documento, ameaçando mesmo processar o InIR.

No dossiê das SCUT, o PS fica mais isolado — o líder parlamentar dos socialistas denunciou “ataques personalizados e lamentáveis” (a Campos). Passos Coelho admitiu que as conclusões do TC poderão “iluminar o Governo” na renegociação contratual das PPP (uma exigência da *troika*, aliás). Para o parceiro de coligação, o CDS, a auditoria demonstra que o Executivo de Sócrates foi também “um Governo da mentira, do engano e da fraude”. Na esquerda, para o Bloco, a introdução de portagens nas SCUT foi um “negócio ruinoso para o Estado”, enquanto o PCP fala de um “modelo desastroso para o interesse público e para a economia nacional”, que “tem de acabar”.

Para o Automóvel Club de Portugal, “este processo não pode morrer na praia”. O ACP já fizera, no início de maio, uma queixa-crime, visando explicitamente, além de Paulo Campos, os antigos ministros Mário Lino e António Mendonça. Além do processo desencadeado pelo ACP, o Ministério Público vai agora apreciar as conclusões do TC. E no Parlamento funciona uma comissão de inquérito às PPP.

Não faltam assim as vias para descobrir os segredos dos negócios das estradas em Portugal.

PAULO PAIXÃO

ppaixao@expresso.imprensa.pt

CONTAS A LIMPO

705

milhões de euros em contratos paralelos, segundo o TC

13

páginas foram eliminadas num documento do Instituto de Infraestruturas Rodoviárias